



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
**PLANO DE ENSINO**

<b>I – IDENTIFICAÇÃO</b>	
<b>Curso:</b>	DIREITO – CAMPUS BINACIONAL
<b>Tema Contextual:</b>	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
<b>Ano Letivo:</b>	2016.2
<b>Semestre:</b>	6º Semestre
<b>Turno:</b>	Noturno
<b>Carga Horária:</b>	Presencial: 60h
<b>Nome do Professor:</b>	Me. Newton Torres dos Santos Cruz
<b>II – EMENTA</b>	
<p>Histórico da Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente. Princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Prevenção Geral e Prevenção Especial. Política de Atendimento. Medidas de proteção. Direito Fundamental. Menoridade e Responsabilidade Penal. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério Público e Advogado. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Adoção: nacional, internacional.</p>	
<b>III – OBJETIVOS DA DISCIPLINA</b>	
<p>Compreender o Direito da Criança e do Adolescente como Ciência, considerando a doutrina da proteção integral e o sistema de proteção dos direitos da criança e do adolescente.</p> <p>Estudar as medidas de proteção e as medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes que praticam atos infracionais.</p> <p>Analisar a Justiça da Infância e Juventude, bem como a atuação do Ministério Público e da Advocacia pública e privada nos procedimentos judiciais estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>Investigar os crimes e as infrações administrativas no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>Conhecer as regras sobre adoção nacional e internacional.</p>	
<b>IV – METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Aulas expositivas e dialogadas. Debates. Estudos de casos. Leituras dirigidas.</p>	

## V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### Unidade I

1. Histórico da Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente.
2. Das disposições preliminares: conceitos e definições fundamentais.
3. Do direito à vida e à saúde.
4. Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.
5. Do direito à convivência familiar e comunitária.
6. Da família substituta.
7. Da guarda, da tutela e da adoção.
8. Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer.
9. Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho.
10. Da prevenção.
11. Da autorização para viajar.
12. Da política de atendimento.
13. Das entidades de atendimento.
14. Das medidas de proteção.

### Unidade II

15. Da prática de ato infracional.
16. Dos direitos individuais e das garantias processuais.
17. Das medidas socioeducativas e da remissão.
18. Das medidas pertinentes aos pais ou responsável.
19. Do Conselho Tutelar.
20. Do acesso à justiça e da Justiça da Infância e da Juventude.
21. Dos procedimentos: disposições gerais.
22. Perda ou suspensão do poder familiar, da destituição da tutela e da colocação em família substituta.
23. Da apuração de ato infracional e da apuração de irregularidades em entidade de atendimento.
24. Procedimento para apuração de infração administrativa e procedimento para habilitação de pretendentes à adoção.
25. Dos recursos e das funções essenciais à justiça.
27. Da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos.
28. Dos crimes.
29. Das infrações administrativas.

## VI – AVALIAÇÃO

A avaliação do aproveitamento do aluno será realizada através de provas escritas, compostas por questões discursivas de respostas breves, e/ou provas escritas de múltipla escolha. Para a determinação do conceito serão considerados o conteúdo e o domínio dos assuntos abordados, o raciocínio e a exposição das ideias.

Duas avaliações formais, que irão valer 10 pontos cada uma. Com o decurso de 30 horas/aula, será feita uma avaliação parcial. Ao término da disciplina, realizar-se-á a avaliação final. Portanto, a média final será obtida com o resultado da somatória das duas avaliações dividida por 2 (dois). Para aprovação na disciplina, o aluno deverá obter média final 5 (cinco).

## VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 6ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **Direitos fundamentais da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2005.

## VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA JUNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. Salvador: Juspodium, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

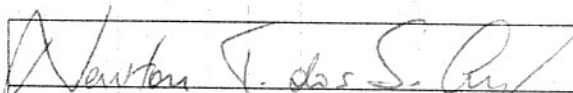
ROSSATO, L. A., LÉPORE, P. E. e CUNHA, R. S. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069/90 comentada artigo por artigo. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

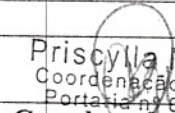
BRASIL. **Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm). Acesso em: 31 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm). Acesso em: 31 de outubro de 2016.

  
Assinatura do(a) Professor(a)

  
Priscylla Monassa  
Coordenação de Direito  
Portaria nº 07/14/2016  
Coordenador(a) do Curso